

PLANO DE GESTÃO 2023-2025

Cidadania e Inovação

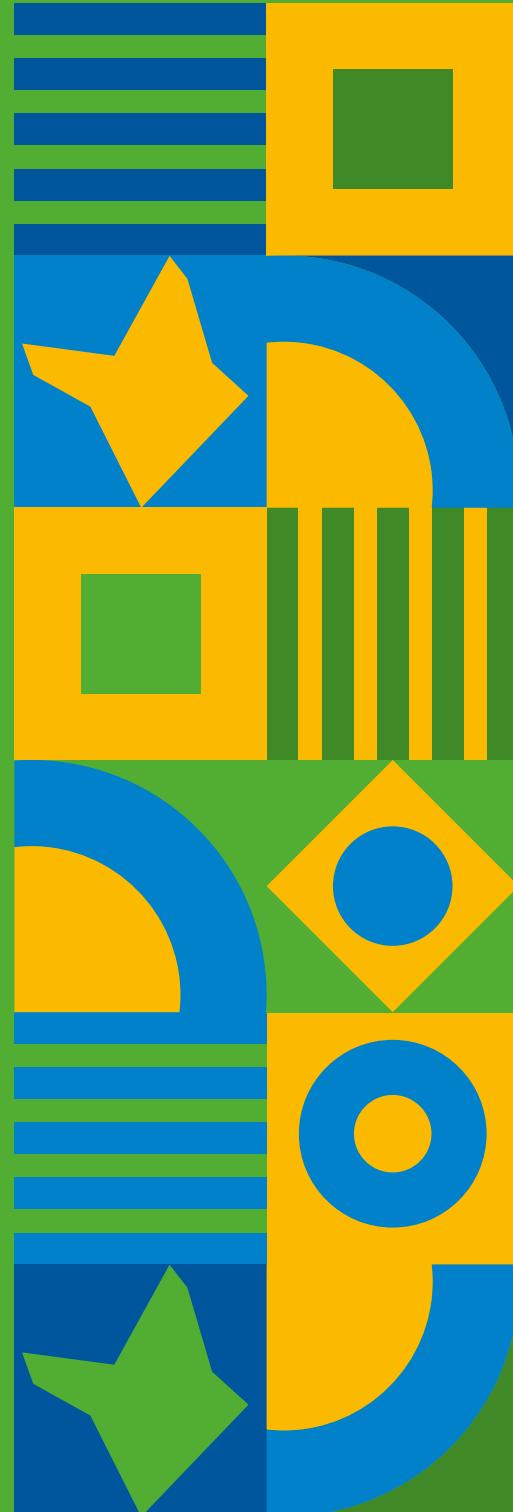
Presidente: Des. João Lages

Vice-presidente e Corregedor: Des. Carmo Antônio

Elaboração: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica



Tribunal
Regional
Eleitoral-AP





Apresentação

O Regimento Interno do TRE/AP (Res. 402/2012). Atribui ao Presidente do Tribunal, no art. 16, XXXII:

XXXII – Apresentar, até o segundo mês subsequente ao da posse, o seu plano de gestão para o biênio e, no último mês que anteceder ao término do seu mandato, a prestação de contas de sua administração, expondo a situação da Justiça Eleitoral no Estado, suas necessidades para a próxima gestão e demais problemas relacionados com o serviço eleitoral, os quais serão submetidos à apreciação do Tribunal e, uma vez aprovados, publicados no órgão oficial.

Nesse sentido, foi elaborado o presente Plano de Gestão, de forma colaborativa com os gestores da alta administração, contendo 18 (dezoito) Diretrizes Estratégicas e 106 (cento e seis) iniciativas, agrupadas nos Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico 2021-2026, definidos na Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026, na Resolução TREAP nº 559/2021, que instituiu o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá para o período 2021-2026 e na integração com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõe a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas – ONU.





Mensagem do Presidente



Desembargador João Lages

Ao longo da minha carreira no judiciário amapaense, tive a honra e o privilégio de participar de cada passo do processo de instalação, crescimento e evolução da Justiça Eleitoral no estado do Amapá.

Como magistrado, pude testemunhar desde a passagem das urnas de lona e votos contados um a um até à chegada e implantação dos equipamentos eletrônicos, céleres, transparentes e incólumes quanto à segurança do pleito para garantir o exercício da democracia.

E, como corregedor do TRE/AP, pude participar das eleições mais complicadas da história. Foram fake news, desinformação, embates polarizados nas redes sociais, campanha contra confiança das urnas, federações partidárias

e tantos outros pontos e questionamentos postos em discussão no cenário político nacional. Não foram poucos, muito menos pequenos, os obstáculos que enfrentamos no pleito que decidiu quem dirigirá o Brasil de 2023 a 2026, dentre presidente da república, governadores, senadores, deputadas e deputados federais e estaduais.

Agora, como presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, percebo que a Justiça Eleitoral nunca foi tão desafiada. Para nossa gestão, não falta disposição para enfrentar a importante missão de garantir a soberania da vontade do povo.

Nesse sentido, apresento nossas prioridades de atuação alinhadas às estratégias nacionais, cujo pilar consiste em agregar valor às necessidades e expectativas dos integrantes da Justiça Eleitoral. Bem como, vamos avante e além. Fazer mais com menos, reduzir impactos ambientais, prezar pela qualidade de vida do nosso time, gerar impactos sociais positivos e a responsabilidade de conduzir práticas que sempre integraram o dia a dia da nossa gestão e que devem ser intensificadas para apresentarmos de fato bons resultados em relação aos compromissos aqui assumidos.

Como meta para o biênio de 2023 e 2025, serão implementados projetos para melhoria dos processos internos, atendimento prioritário à sociedade e ações de aperfeiçoamento e transparência do controle social.

Assim, conclamo os colaboradores da Justiça Eleitoral neste ato de esforço gerencial a bem agir em torno dos propósitos aqui apalavrados a serem buscados a todo custo, sempre com a parceria da Magistratura, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e demais entidades representativas.

Conto com a união e com os esforços de todas e de todos para que juntos possamos enaltecer, cada vez mais, a imagem e o respeito que o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá possui junto à sociedade amapaense.



Quem nunca viu o Amazonas
Nunca irá entender a vida de um povo
De alma e cor brasileiras
Suas conquistas ribeiras
Seu ritmo novo
Não contará nossa história por não saber ou por não fazer jus
Não curtirá nossas festas tucujús
Quem avistar o Amazonas nesse momento
E souber transbordar de tanto amor
Esse terá entendido o jeito de ser do povo daqui
Quem nunca viu o Amazonas
Jamais irá compreender a crença de um povo
Sua ciência caseira
A reza das benzedeiras
O dom milagroso

Jeito Tucujú
Joãozinho Gomes e Val Milhomem



Identidade Institucional

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade amapaense como uma organização efetiva, transparente e célere.

VALORES

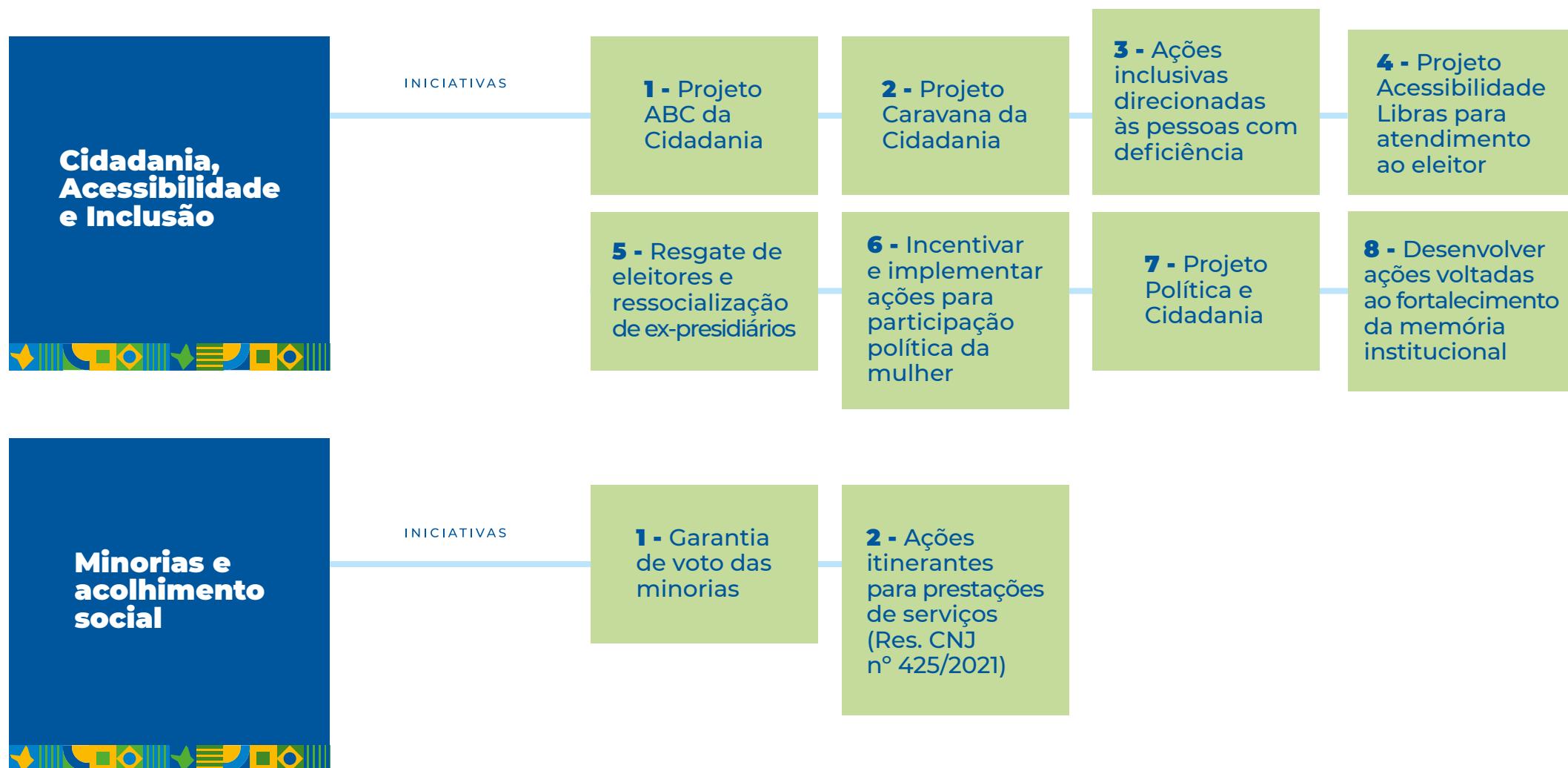
Acessibilidade, Transparência, Confiabilidade, Celeridade, Eficiência, Imparcialidade e Integridade (Ética).



SOCIEDADE

Garantia dos direitos fundamentais

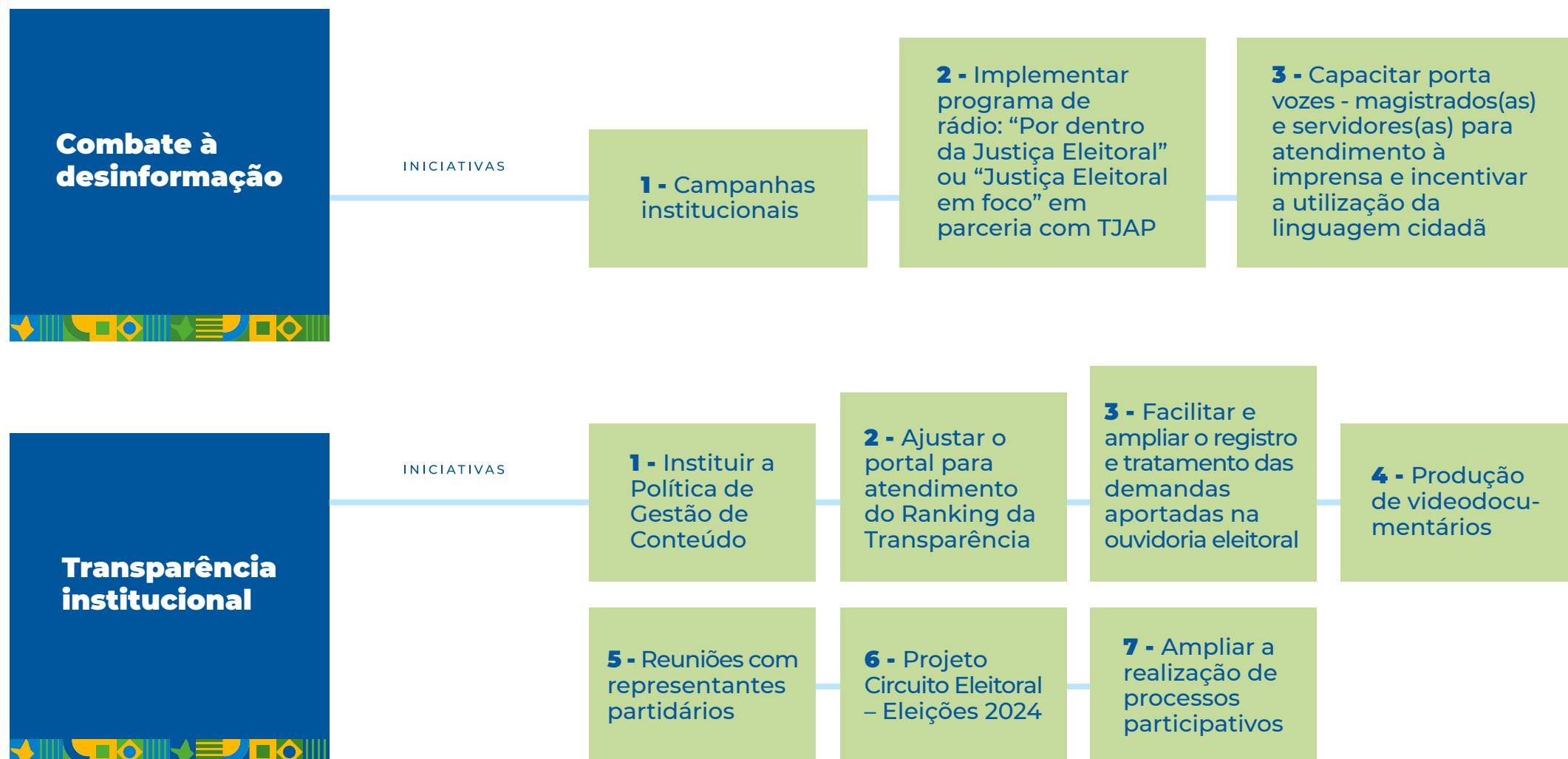
Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.



SOCIEDADE

Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

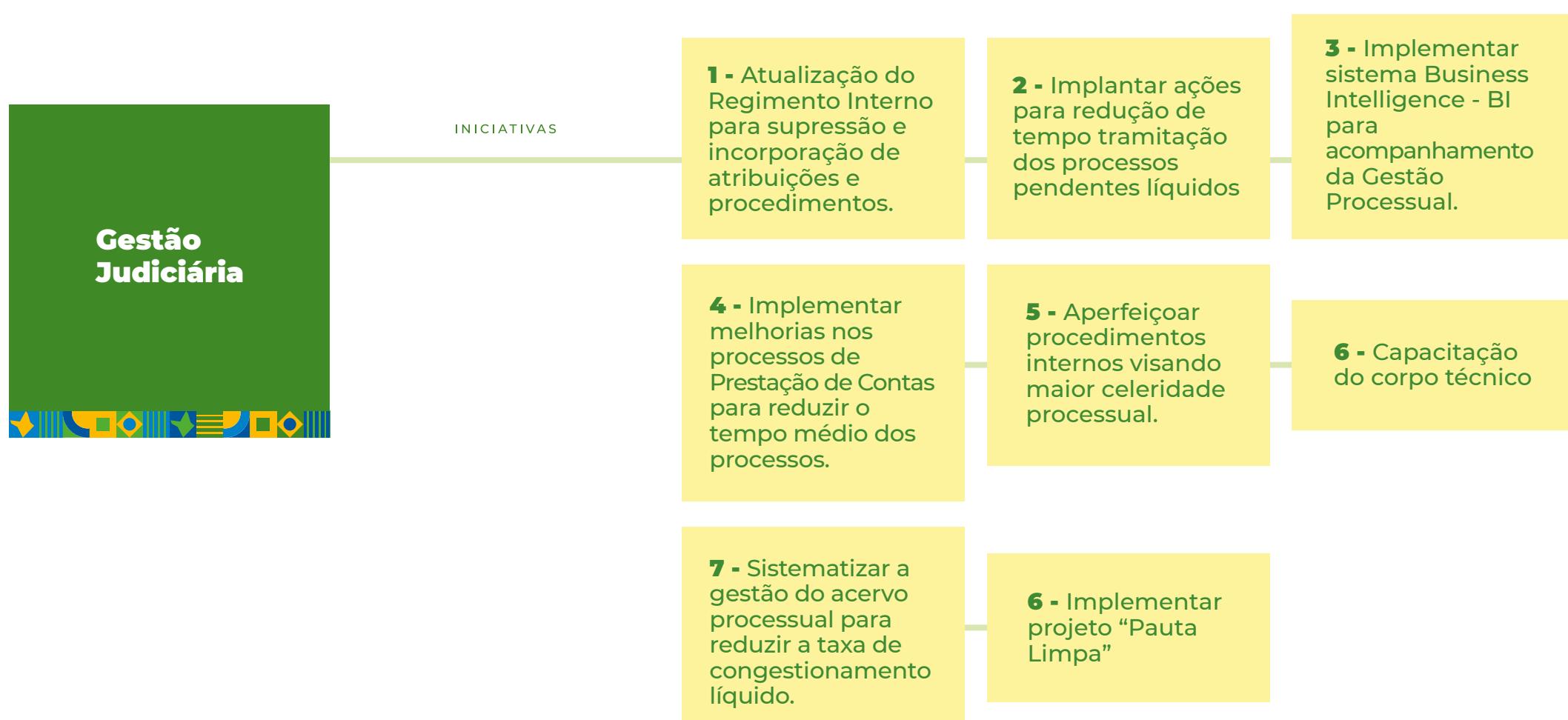
Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.



PROCESSOS INTERNOS

Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

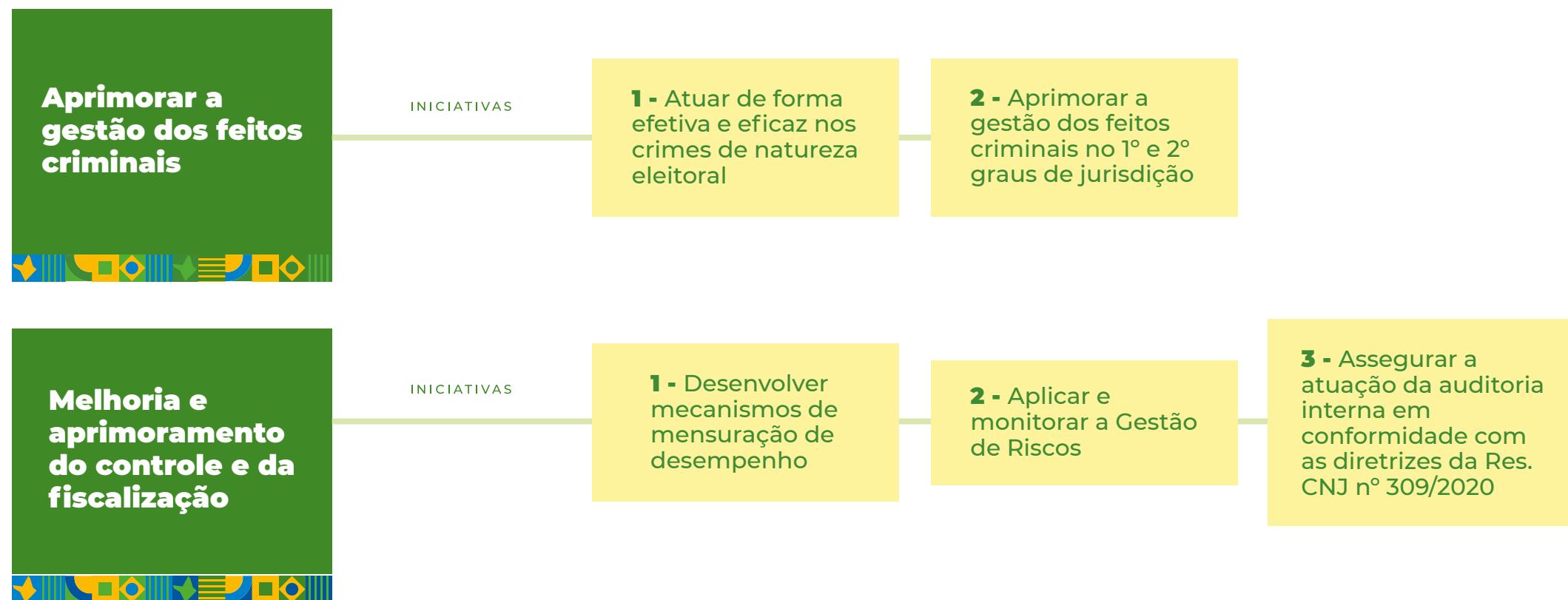
Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedural na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.



PROCESSOS INTERNOS

Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

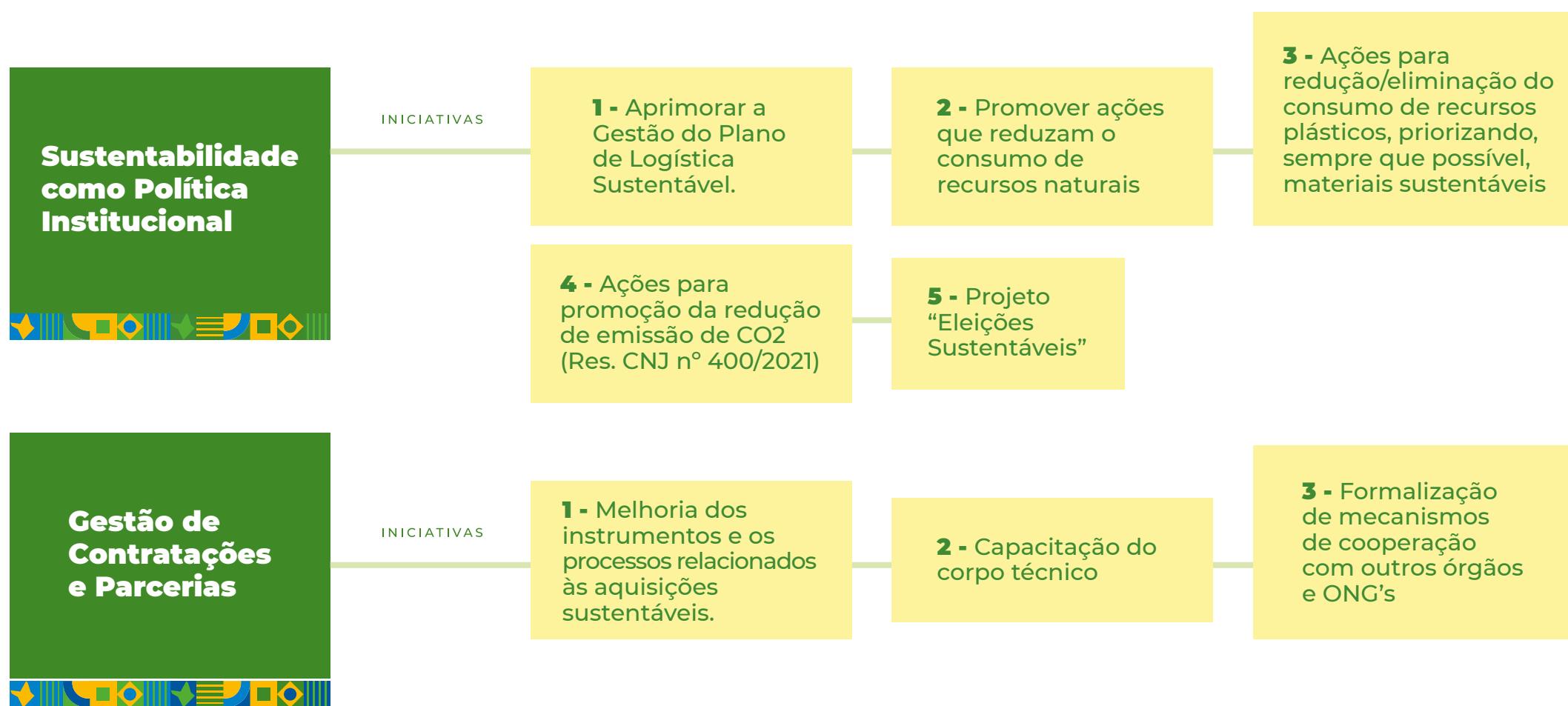
Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.



PROCESSOS INTERNOS

Promoção da Sustentabilidade

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.



PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão



PROCESSOS INTERNOS

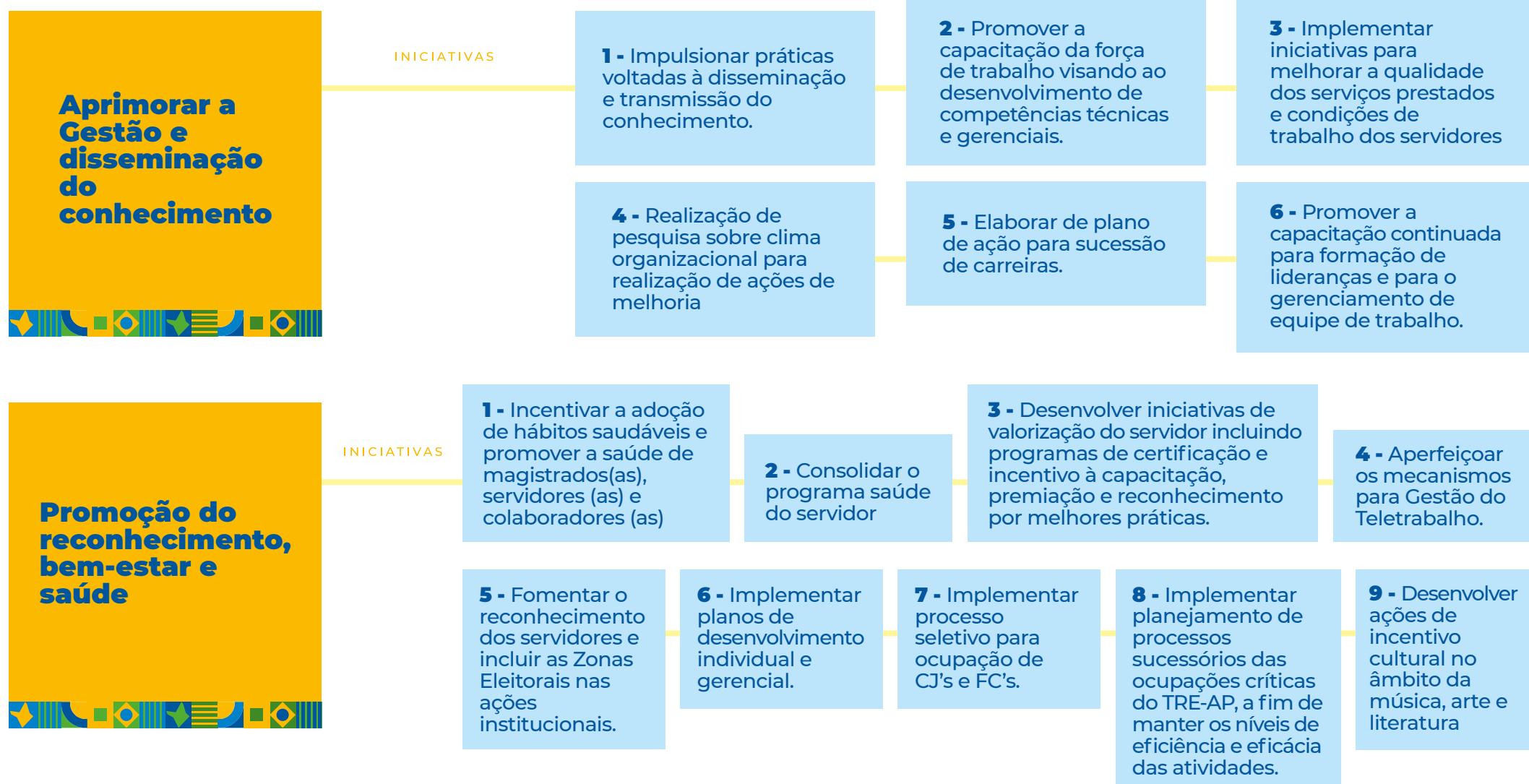
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

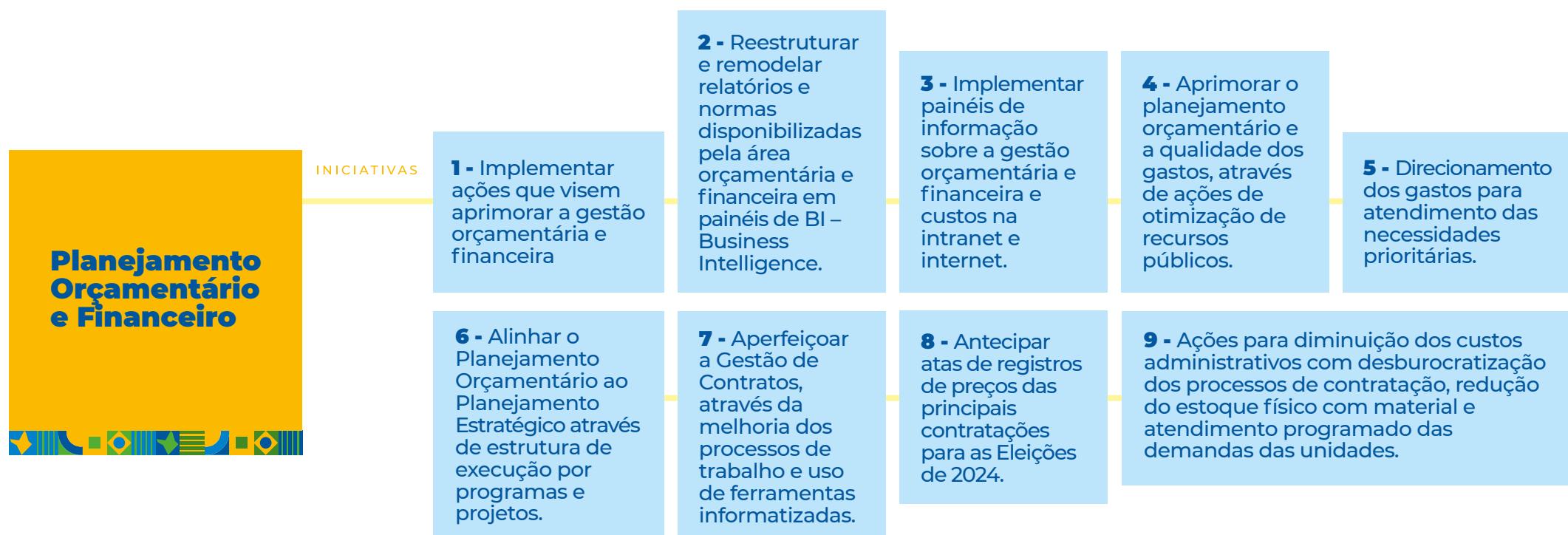
Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

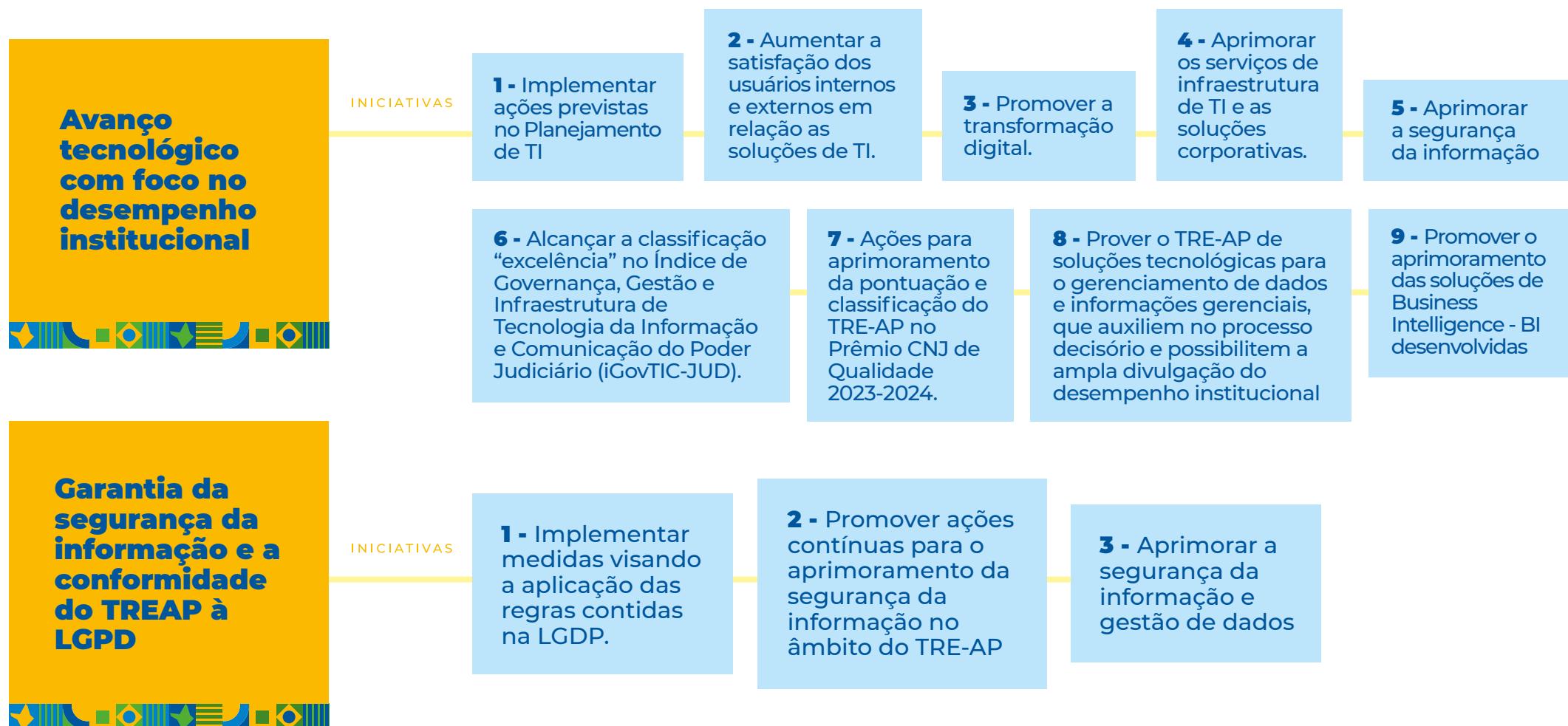
Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.





Conclusão

As diretrizes prioritárias da gestão evidenciam o propósito de adoção de estratégias de comunicação e ações visando à transparência e ao fortalecimento da Justiça Eleitoral amapaense.

Neste sentido, o sucesso será alcançado à medida em que haja engajamento de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores e estagiárias e estagiários, tornando possível a jornada da promoção da cidadania e garantia da legitimidade do processo eleitoral e sua efetiva prestação jurisdicional a fim de consolidar a democracia.

Diante disso, este Plano de Gestão tem como propósito dar continuidade à marcha para o aperfeiçoamento da estratégia, traçando o caminho para que programas, projetos e ações transcorram de forma harmônica e constante na busca dos resultados esperados.



PLANO DE GESTÃO 2023-2025

Cidadania e Inovação



**Tribunal
Regional
Eleitoral-AP**



Tribunal
Regional
Eleitoral-AP

